

Tema: Press Clippings			Âmbito: Nacional		Tiragem: 64520
Título: PE acusa governos europeus de esconder actividades ilegais da CIA			Temática: Generalista		GRP: 4.0
2007/02/15	PUBLICO – PRINCIPAL	Pág. 14	Imagem: 1/2	Periodicidade: Diária	Inv.: 8348.67

Voos da CIA Parlamento Europeu condena detenções e escalas

PE acusa governos europeus de esconder actividades ilegais da CIA

Relatório que conclui um ano de investigações sobre programa de detenções forçadas pede continuação das investigações nacionais

Isabel Arriaga e Cunha, Bruxelas

● O Parlamento Europeu (PE) condenou ontem o programa de detenções forçadas da CIA, acusando alguns governos da União Europeia (UE) de terem aceite e encoberto o transporte ilegal de prisioneiros suspeitos de terrorismo através do seu território.

De acordo com o PE, que se pronunciou em definitivo sobre um ano de investigações desenvolvidas por uma comissão temporária criada para o efeito, passaram pelo território europeu e fizeram escala em aeroportos da UE, entre 2001 e 2005, "pelo menos 1245 voos operados pela CIA" com origens e destinos suspeitos. Aqui inclui-se a base militar norte-americana de Guantánamo, onde Washington mantém desde 2002 centenas de suspeitos sem acusação.

Numa resolução política ontem aprovada em Estrasburgo, o PE "condena as detenções forçadas enquanto instrumento ilegal sistematicamente utilizado pelos Estados Unidos na luta contra o terrorismo". Ao mesmo tempo, "condena a aceitação e a dissimulação da prática, em várias ocasiões, pelos serviços secretos e as autoridades governamentais de certos países europeus".

Mesmo se não apresenta provas inabaláveis sobre a existência de prisões forçadas em países europeus, os testemunhos recolhidos ao longo de mais de 200 audições e de milhares de páginas de documentos levaram o Parlamento Europeu a considerar "improvável" que alguns governos

não estivessem ao corrente das actividades da agência norte-americana (ver caixa).

"Os testemunhos que recebemos são factos, e os factos falam por si", afirmou Cláudio Fava, o deputado socialista italiano que coordenou o relatório da comissão temporária.

Apesar de o veredicto final constituir uma versão suavizada do texto original, que saiu no fim de Janeiro da comissão temporária, graças às dezenas de propostas de alteração que foram sendo conhecidas e ontem submetidas à votação, o essencial das conclusões então tiradas permanece intacto.

Maioria do PPE rejeita

O grupo parlamentar do PPE - conservador e democrata-cristão -, o maior do Parlamento Europeu, foi particularmente activo na tentativa de esvaizar e neutralizar o relatório.

O seu coordenador na comissão temporária, o italiano Jas Gawronski, criticou o texto por partir do pressuposto que "há um culpado, que são os Estados Unidos", uma interpretação partilhada pela generalidade dos deputados de direita.

A maioria do seu grupo rejeitou, aliás, a resolução política, que obteve 382 votos a favor, 256 contra e 74 abstenções.

Gawronski avisara durante o debate que precedeu a votação que o seu grupo só poderia encerrar a possibilidade de votar a favor se o relatório incluisse explicitamente a noção de que a CIA tem direito de voar e de fazer escala onde entender e que quaisquer servi-



"Pelo menos 1245 voos operados pela CIA" com origens e destinos suspeitos, incluindo a base de Guantánamo, passaram por território europeu, diz o relatório

ços secretos podem trabalhar como quiserem, desde que respeitem a lei. As suas propostas nesse sentido foram rejeitadas.

Com uma posição oposta, os deputados socialistas, liberais, verdes e comunistas apoiaram, em regra, o veredicto do PE. "O terrorismo internacional é uma ameaça que tem de ser combatida por todos os meios possíveis, mas esse combate tem de ser conduzido com base na legalidade nacional e internacional e sem violar os direitos humanos", afirmou Wolfgang Kreissler-Doerfl, o coordenador dos socialistas.

"Exercício antiamericano"

Carlos Coelho, o presidente da comissão temporária que é igualmente membro do PPE, votou a favor do relatório, garantindo que não se trata de "um exercício antiamericano". "Defendemos o reforço do diálogo e da cooperação transatlântica, mas queremos que seja feita no respeito pelos Estados, pelo Direito e pelos direitos humanos", afirmou o eurodeputado português depois de terminada a votação de ontem.

Com a aprovação do relatório, o Parlamento Europeu encerra o seu trabalho na matéria, pedindo às autoridades nacionais para prosseguirem as investigações.

"[Ao apresentar] uma análise rigorosa de cinco anos de excessos e abusos, muitas vezes tolerados em nome da luta contra o terrorismo, o PE abriu uma porta que não permitiríamos que ninguém feche", concluiu o socialista italiano Claudio Fava.

O plenário aprovou a resolução política com 382 votos a favor



Dezassete países apontados

Das escalas suspeitas às extradições não judiciais

● Catorze países da União Europeia (UE) e três exteriores são visados no relatório aprovado pelo Parlamento Europeu com diferentes graus de associação ao programa da CIA, seja pela ocorrência de escalas de voos suspeitos no seu território, ou, mais grave, pela existência de prisões secretas.

As acusações mais explícitas são dirigidas à Itália, Alemanha e Reino Unido, embora o seu tom tenha sido largamente suavizado em resultado da votação de ontem devido aos acordos políticos firmados pelos grupos parlamentares. No entanto, estes são os países em que as suspeitas de participação ou, no mínimo, conivência, com o programa de extradições não

judiciais são mais abundantes.

Segundo Claudio Fava, deputado que coordenou a redacção da posição do PE, os três governos estavam "certamente" ao corrente do programa de detenções e transporte ilegais de suspeitos por parte da CIA.

Em relação à Itália e à Alemanha, o PE apresenta exemplos de vítimas que foram extraditadas à força do seu terri-



O imã egípcio Abu Omar passou por uma base americana na Alemanha em direcção ao Egipto, onde foi torturado

tório. Este é o caso do imã egípcio Abu Omar, vítima de extradição a partir de Itália com envolvimento da respectiva secreta militar, que passou por uma base americana na Alemanha em direcção ao Egipto, onde foi torturado.

Guenter Gloser, o secretário de Estado alemão dos Assuntos Europeus, que participou no debate em nome da presidência da UE, acusou o relatório de comportar "alegações muito rapidamente transformadas em factos".

A Polónia e a Roménia são visadas sobretudo no quadro de suspeitas de terem albergado centros de detenção secretos, possivelmente em bases americanas. A resolução política ontem aprovada, que refere uma série

de contradições de vários responsáveis dos dois países, afirma que mesmo se não pode provar a acusação, também não está em condições de excluir a existência de prisões secretas.

Além destes cinco países, o relatório cita, com alegações menos explícitas, a Áustria, Bélgica, Chipre, Dinamarca, Espanha, Grécia, Irlanda, Portugal e Suécia, a par da Turquia, Bósnia-Herzegovina e Macedónia.

De quase todos, o PE queixa-se de falta de colaboração das autoridades com as suas investigações. Mas, afirma, a Bósnia-Herzegovina é "o único Governo europeu que não nega a sua participação na extradição não judicial" de seis argelinos.

Tema: Press Clippings			Ámbito: Nacional	Tiragem: 64520		
Título: PE acusa governos europeus de esconder actividades ilegais da CIA					Temática: Generalista	GRP: 4.0
2007/02/15	PUBLICO – PRINCIPAL	Pág.15 Imagem: 2/2			Periodicidade: Diária	Inv.: n.a.

